

A técnica, porque engenhosa, pressupõe a dialética, segundo o conceito suscitado acima. A prosa histórica seiscentista, ao encenar a exemplificação e ao se fazer como análise e divisão, mostra-se versátil e perspicaz, engenhosamente praticada. O expediente se apresenta sistêmico no *Tratado Político* e na *História da América Portuguesa*, bem como nos outros textos do gênero circulantes nos séculos XVII e XVIII e nos modelos historiográficos confrontados durante a pesquisa.

Dionísio de Halicarnasso afirma que a emulação é uma atividade do espírito que o move no sentido da admiração daquilo que lhe parece ser belo, esforço que leva o imitador a igualar, se não a ultrapassar, o próprio modelo⁴⁸. Quintiliano ensina que se deve superar os seus antecessores e ser modelo para os outros que hão de vir⁴⁹.

O texto de Rocha Pita, porque confeccionado a partir das noções mencionadas acima de imitação, emulação, divisão e análise é, portanto, ciceronianamente honesto, para homens honestos e de mãos e razão igualmente honestas. E porque honesto, justo, pois justa é a expressão da verdade, segundo o quê o gênero e o pensamento de sua época veiculam. Cícero tem como honesto um homem prudente, justo, forte, cujas ações são mediadas pela idéia de temperança. O conceito de honestidade é pensado pelo orador a partir dessas quatro noções. Diz o latino que todas as ações virtuosas emanam da honestidade e que o decoro é inseparável dessa qualidade, porque tudo que é honesto é, igualmente, decoroso. A honestidade é a mais útil das virtudes, porque dela se faz o bem comum⁵⁰.

Como prosa de aconselhamento, o *Tratado Político* visa o bem comum, identificando nas ações narradas e nos caracteres apresentados, dispostos e pateticamente ornados, equilíbrio e conservação da monarquia, porque em consonância com a felicidade⁵¹ coletiva, comunitária e corporativa que o bem comum praticado pelo rei, como cabeça, proporciona. O texto é, pois, decoroso.

A historiografia seiscentista, entre outras finalidades, empenha-se em representar ações exemplares concebidas a partir dessas noções, porque didática e de fundo ético-político. Ao defender ao longo de seus três discursos que D. Pedro II agiu, com acuro e acerto, ao romper a paz com Castela, propõe um

⁴⁸ HALICARNASSO, Dionísio de. *Tratado da imitação*. Editado por Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos das Universidades de Lisboa, 1986. p 50-51.

⁴⁹ QUINTILIANO, M. F. *Instituições Oratórias*. L. X. II. In: Oeuvres complètes. Paris: Garnier, s.d. 3 l.

⁵⁰ Cf. *Ofícios*. Tradução de Manuel de Valbuena. 2ª edição. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1946. L. I. VII; VIII, p. 23, 51, 65. L. II. p. 93.

⁵¹ Cf. *Ética a Nicômacos*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural Ltda (Col. Os Pensadores), 1987. Esta tópica da felicidade é central na discussão aristotélica moral.

Príncipe honesto, digno de louvor, por isso também o encômio do *Tratado Político*.

Considera-se que o gênero estudado, – embora ruína para o presente que petrificou os textos do século XVII como (uma) desmemória política e cultural⁵², confinando a prosa histórica, por exemplo, na prisão do silêncio, nas poeiras iluministas e românticas que se vêm acumulando desde o final do século XVIII e que se sobrepuseram aos resíduos textuais seiscentistas, – não se restringe a obras etiquetadas de História ou Narração, cujo período de uso e circulação ultrapassa os meados do século XVIII, fazendo-se de acordo com padrões teológico-políticos, retórico-poéticos e éticos. Essa prosa não é, pois, prática de hiperbolismo, exagero, gongorismo e afetamento, nem tinta patriótica, ufanista, de brasilidade pululante.

Definiu-se o gênero assim, uma vez que se propôs outra interpretação ao introduzir uma sistemática sobre um dos usos das Belas Letras dos Seiscentos, que não a leitura romântica anacrônica e vigente.

A noção de cópia, aqui mencionada, remonta ao sentido de quantidade, de abundância, de profusão, muito mais do que de imitação ou mesmo de emulação de casos semelhantes aos narrados por determinada obra historiográfica, embora a memória narrativa escolha todo um repertório de eventos a serem emulados e imitados⁵³.

O texto de Rocha Pita, em semelhança a outros de seu gênero, faz da história um particular. No entanto, ao selecionar quais eventos narra, ensina que a história antiga emulada e a dos séculos XVII e XVIII são prosas prescritivas, estabelecidas a partir da adequação e do decoro que orientam o pensamento ou o engenho, quando letrados se propõem a redigir. Nesse sentido, há tópicos selecionadas, inventadas, dispostas e ornadas em uma instituição que demonstra, além dos assuntos, o uso também de uma máquina retórica persuasória e defensora de argumentos específicos do gênero historiográfico. Essa prosa faz uma espécie de seleção e de eleição próprias do discurso, segundo critérios de sua época, daí sua ordenação dialética, como análise e divisão em curso, em funcionamento. Para usar um termo de Pécora⁵⁴: não em repouso.

A prosa histórica dos séculos XVII e XVIII é uma *historiarum copia*, uma história seleta, em exercício, em movimento e, porque tal, regular e eficaz,

⁵² Os termos em itálico são de HANSEN, João Adolfo. Floretes agudos e porretes grossos. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 20/10/1996, p. 1.

⁵³ A *imitatio* e a *emulatio* são conceitos diferentes, como visto, pois emular é uma espécie de imitação que supera o modelo. Quando superior, ao imitar tudo (tópicos da invenção, a disposição etc.), mas variando na colocação, tem-se a emulação. Por exemplo: uma hipérbole usada para mais no modelo é feita como hipérbole para menos no texto emulador.

⁵⁴ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento – A unidade teológico-político-retórica dos Sermões de Antonio Vieira*. São Paulo, Campinas: Edusp, Ed. da Unicamp, 1994, p. 263.

portanto vigorosa. Essa história seleta é retirada de outras histórias que já realizaram, copiosamente, os mesmos exemplos eleitos para dar conta de persuadir e ensinar o ouvinte a respeito da ação mais virtuosa, seja declarar guerra a outro Estado, seja em dissensões internas, seja romper a paz, seja demonstrar o quanto uma Nação é guerreira. Enfim, qualquer o assunto apresentado e, muitas vezes, proposto para deliberação, na historiografia antiga e na seiscentista, busca-se exemplificar, depois de elencada a tópica, com as mais variadas ocasiões do passado em que coisa semelhante tenha ocorrido.

Ao lado desse ensinamento, essa prosa busca também deleitar e mover o destinatário. As tópicas da invenção e da disposição ganham ornatos e são narradas e descritas de modo eufrático, além de se fazerem mediadas por digressões. Tem-se com isso uma prosa historiográfica encomiástica, metafórica, alegórica, que se aproxima de modelos da pintura, em uma espécie de *ut pictura historia*⁵⁵. Os ornatos e o modo narrativo amplificam o discurso que se quer majestoso, virtuoso, a fim de que representem o caráter igualmente majestoso e virtuoso de um governante e de uma de suas ações, caso de D. Pedro II e o rompimento de paz com Castela.

Como pintura, predominam no texto base metáforas, alegorias e sinédoques. Tropos mediados por figuras como as de dicção, principalmente, e por antonomásias e hipérboles, outros tipos de tropo. Tem-se um discurso que, alegoricamente constituído, representa o poder monárquico e sua argumentação a favor da decisão de um rei, uma vez que essa variedade de ornatos gira não só em torno dos argumentos historiográficos, mas se estabelece para a realização alegórica do texto. Definiu-se o estilo da história como médio, temperado, tendendo ao grave ou ao alto, pois gênero epidítico de variante encomiástica, que representa, com louvor, a ação de um rei. Ocorre que, por utilizar figuras, de pensamento ou palavra, o texto tem estilo suave e harmônico, segundo prescrições de Cícero⁵⁶. O uso das figuras indica estilo ilustrado, astuto, ágil, apto e sagaz; o que no século XVII Gracián vai chamar de sutil⁵⁷. Por outro lado, o uso de tropos causa estranhamento, produzindo, na ornamentação, um discurso estranho, estrangeiro, distante do ordinário.

Tasso prescreve o estilo histórico também como (...) humilde, pintura que dá a ver as coisas com maior ou menor proximidade, clareza, agrado, uma ou mais vezes, em relação, numa seqüência, numa narração (...), como fórmula Muhana ao ler o preceptista⁵⁸.

⁵⁵ Em próximos trabalhos, vai-se ocupar desta questão.

⁵⁶ *De Oratore*. (Diálogos del Orador). In: *Obras Escogidas*. Buenos Aires: Livraria El Ateneu Editorial, s/d. L. III.

⁵⁷ *Agudeza y Arte de Ingenio*. 2 Tomos. Edição, introdução e notas de Evaristo Correa Calderón. Madrid: Clásicos Castalia, 1987. Discurso XIX.

⁵⁸ *Discorsi Del Poema Eroico*, IV, p. 647. Apud MUHANA. Op. cit. p. 305.

Por se tratar de um discreto que se dirige a discretos, quando escreve ou lê seus Discursos, Pita, em oposição ao vulgar, ao pedestre, orna o *Tratado Político*. Entretanto, o gênero didático, em teoria, não deveria ser ornado, pois, como tal, convencionou-se transparente e lógico, simples. Considerando-se que, segundo Aristóteles, a virtude está no meio⁵⁹ e que o texto de 1715 busca essa virtude, para também representá-la, o estilo é médio, ponderado, temperado, cuja função, como discurso historiográfico seiscentista, católico ibérico, é celebrar e não apenas fornecer informações objetivas de temas positivos e empíricos. Assim, o encômio é preenchido de ornatos e a elocução passa a ser a variação do que se diz e do que repetidas vezes já se disse na história⁶⁰, porque tem modelos para emulação.

A ponderação no uso do estilo, como simples, também é convencional, assim como o enfático e o ornamentado o são. Então, o uso dos ornatos no discurso historiográfico se justifica pela discricção, código de honra, critério hierárquico de distinção social de quem fala a iguais ou distingue os outros como néscios, parvos. A medida da ornamentação produz, no texto base, uma imagem icástica⁶¹, porque adequada ao encômio do rei, mas sem deixar de ser um texto florido, abundante se pensarmos na adequação do histórico médio. Clareza e congruência, convencionando uma realidade historiográfica retoricamente pensada; gênero em que se mostra a simplicidade como artifício do gosto e do juízo. Ou seja, o efeito, para mover os afetos, necessita de uma elocução que o produza, ainda que aparentemente sem ornamentação. Na história, usam-se ornatos para mostrar a verdade e fazer deliberar sobre sua legitimidade e de seus argumentos também ornados, como se não o fossem. Orna-se, naturalmente, como se tropos, figuras, descrição efrásica e digressão fossem a própria natureza do discurso de modo integrado às matérias dispostas e ornadas de maneira não autonomizada⁶². Isto é, a elocução historiográfica não é autônoma em relação à invenção e à disposição, como na sátira pode ser⁶³. A elocução no *Tratado Político* opera com tópicos do gênero epidítico principalmente da *ars laudandi*, variante epidítica ou demonstrativa da oratória

⁵⁹ Cf. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural Ltda (Col. Os Pensadores), 1987.

⁶⁰ Lembra-se que a característica parafrásica apontada indica *variação no que se diz* também em termos de elocução. Há muitas semelhanças entre o *Tratado Político*, a *História da América Portuguesa* e a *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita*. Cf. CASTELLO, José Aderaldo de. *Op.cit.* vol. I, p. 141-172.

⁶¹ Isto é, ao contrário do fantástico ou fantasioso, porque imagem sem fantasia, programaticamente proporcional, sem deformações.

⁶² As matérias historiográficas mesclam-se, inclusive, com outros gêneros ou subgêneros como narrativas genealógicas, epístolas, editais, arrazoados, manifestos e facções.

⁶³ A respeito da autonomia da elocução satírica Cf. HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Cap. IV, p. 233-234.

em oposição às tópicas da *ars vituperandi*, gênero dotado de autonomia de exercício verbal, cujo fim se esgota no próprio desempenho do discurso⁶⁴.

Ainda com relação à ecfrase, Muhana entende o conceito também como procedimento elocutivo geral, cuja capacidade amplificadora faz do expediente um ornato na narração instrutiva⁶⁵, por isso a descrição minuciosa é adequada inclusive ao gênero historiográfico, conforme foi identificado no texto base.

Em meio à narração histórica, ornam-se os episódios e os caracteres das personagens, tendo-se uma ornamentação plástica, porque *ut pictura poesis* ou *ut pictura historia*⁶⁶. Pintura como poesia e história como pintura é possível no *Tratado Político* e na historiografia dos séculos XVII e XVIII, porque sua narração é ecfrásica e feita por digressões⁶⁷. Dispondo os topoi como quadros, cenas exemplares históricas, religiosas, mitológicas etc., a técnica narrativa estabelece semelhança com a pintura de gênero histórico uma vez que, ao longo do texto, o letrado sobrepõe de modo narrativo-descritivo, por exemplo, uma série de batalhas e guerras como se fossem quadros dispostos e ornados em meio à argumentação. Em paralelo com a história, esse gênero de pintura também representa eventos históricos, assuntos religiosos, mitológicos, alegóricos, simbólicos ou lendários de valor moral e sentido filosófico, cuja função, como a da historiografia, também é didática, uma vez que lhe compete celebrar feitos heróicos, enaltecer a grandeza e elevação das ações humanas.

A pintura da história é icástica, juízo sem fantasia ou com ela, nunca fantasia sem juízo, sempre nítida, clara⁶⁸. Suas tintas, tropos e figuras do

⁶⁴ Idem, p. 299.

⁶⁵ Op. cit. p. 288-289.

⁶⁶ O conceito de *ut pictura poesis* relaciona-se com o preceito geral do *decoro estilístico*, aplicado para ordenação e recepção do destinatário em obras discursivas e pictóricas. É um ponto de vista adequado de formalização do estilo, entendido como *decoro*. A propósito cf. HANSEN, João Adolfo. *Ut Pictura Poesis e a Verossimilhança na Doutrina do Conceito no Século XVII*. In: *Para Segismundo Spina*. São Paulo: EDUSP, 1995. Quanto ao *ut pictura historia*, pensa-se as relações da pintura de gênero histórico com o discurso historiográfico.

⁶⁷ Na historiografia ibérica seiscentista e nos seus modelos gregos e romanos há vários exemplos do uso da digressão na narrativa de seus topoi. Citam-se: *O Valeroso Lucideno* (Vol. I p. 54, 102, 129, 152-156, 190, 199, 220-221. Vol. II. p. 39); *História do Brasil*, (II, 2; III, 1; IV, 40, p. 105, 144, 289); *História* (Heródoto. L. II, L. V, L. VII e L. VIII. p. 70, 85, 88, 229, 285, 342); *Guerra do Peloponeso* (I, 21; I, 22, p. 27-28); *História* (Políbio, L. I-VI, L. IX, L. XII, L. XVI, p. 70, 88, 94, 106, 108, 122, 141, 157, 227, 238, 244, 246, 259, 326-327, 342, 373, 379-380, 413-414, 456-458); *Vidas Paralelas* (Vol. IV, p. 170); *Histórias* (Tácito, L. II, p. 527) e *Anais* (Tácito, L. IV, 33, L. VI, 7, L. VII, 22, L. XI, 27, p. 172, 213, 222, 262).

⁶⁸ Dos três modos de se formar imagens, a preceptiva poético-retórico seiscentista prescreve que (...) os juízos sem fantasia ocorrem quando o entendimento os produz por si com a sua inata e eficaz virtude, sem que a fantasia se ocupe em outro ministério mais que servi-lo com as espécies fantásticas, ministrando-lhas por matéria. O segundo é quando o entendimento e a fantasia se unem para a produção de tais imagens. O terceiro é quando a fantasia por si só as fabrica, sem se aconselhar com o entendimento (...). Cf. FERREIRA, Francisco Leitão. *Nova Arte de Conceytos*.

encômio, desenham e reforçam a argumentação porque, além de ensinar, deleitam a audiência com a maravilha – mirabile, como diria Tesouro⁶⁹ – que se apresenta como ornatos imagéticos, conferindo ao discurso um aspecto patético. Porque tinta de paixões, apaixona a audiência que, comovida, deve aderir à argumentação, deleitando-se pela exposição de ações revestidas de ornato. Daí o estilo, segundo lições peripatéticas. A pintura dos tipos se faz, no *Tratado Político*, por antonomásia e por epítetos, aplicados às personagens. As hipérboles contribuem no processo patético em andamento porque, partidárias dos afetos com os quais se quer mobilizar a audiência, fazem com que os destinatários participem da argumentação exposta e proposta para julgamento. Com o estilo próprio ao assunto, a platéia pode concluir que o que se diz é verdade porque, segundo Aristóteles, os homens parecem sentir que os pensamentos ditos são os seus e que as coisas são como o orador as profere, falando de maneira patética, ao revestir o texto de caráter⁷⁰.

A elocução é, no século XVII, central, núcleo dos discursos e a nobre flor do entendimento, tropo com o qual Tesouro define a metáfora⁷¹. Analisaram-se o estilo e os ornatos do *Tratado Político* como florões que, circulares, transitam por todo o sistema elocutivo para que o texto não seja somente argumento, mas pensamento ornado⁷² que, ao ensinar, deleita, podendo comover porque, representado como verdade, é dotado de fidelidade e sinceridade estilística, que nos séculos XVII e XVIII é conceituada como *fides* retórica, em oposição ao que nos séculos XIX e XX é sinceridade psicológica do “eu” individual, único e autonomizado. A poética no século XVII reduz os preceitos retóricos que regem a prática dos discursos oratórios e poéticos à elocução, sendo que o prazer do ornamento torna-se central. A elocução e seus ornamentos passam a preencher os lugares tradicionais da invenção poética: a poesia passa a ser produzida como desenvolvimento ornamental de ornamentos de base. Tornada elocução engenhosa, na base do procedimento encontra-se o conceito, termo de grande

Lisboa Ocidental: Antonio Pedrozo Galram, 1718. O preceptista setecentista, no entanto, resume Gracián e Tesouro. Pode-se ler que dos três modos de se conceber conceitos, o segundo, com fantasia é o mais ponderado, porque menos radical, mediano em relação à fusão proporcional entre juízo e fantasia.

⁶⁹ Argúcias Humanas. In.: *Il Cannocchiale Aristotelico*. Torino, 1670. Trad. Gabriela Cipollini e João Adolfo Hansen. Mimeo. São Paulo: USP, 1986. p. 5-6.

⁷⁰ *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Junior *et alli*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998. L. III, VII.

⁷¹ Entendendo-se que a figura engenhosa por definição é a metáfora. Cf. TESAURO, Emanuele. *Il Cannocchiale Aristotelico. Esto es, Anteojo de Larga Vista, Idea de la Agudeza, Ingeniosa Locucion, que Sirve a Toda Arte Oratoria, Lapidaria, y Symbolica, Examinada com los Principios del Divino Aristoteles*. 2 Tomos. Tradução de Frei Miguel de Sequeyros. Madrid: Antonio Marin, 1741. T. I, C. VI, p. 207.

⁷² Lembra-se que esta é a formulação de Muhana para a epopéia em prosa seiscentista no tocante a elocução do gênero. Cf. Op. cit. p.285-325, cap. IX de sua tese.

polissemia e várias aplicações, muitas vezes equivalente a agudeza, argúcia e acconcezza, também nomes do efeito de maravilha⁷³.

Tropos e figuras, topoi metaforizados, alegóricos, que ampliam ou amplificam a narração, indicam o que satisfaz o gênero historiográfico. Isto é, uma narrativa ornada, digressiva e ecfrásica, mediada por antonomásias, epítetos e hipérboles, cuja disposição se faz também por hipérbatos e anáforas, sendo narrativa de modéstia afetada, porque interrogativa, em que o contraposto não é regra. A qualidade do uso dessa ornamentação é, no entanto, definida pela recepção que exige, em certos casos, maior agudeza⁷⁴, conceitos peregrinos e maior distância nas relações conceituais. No discurso historiográfico seiscentista, o uso dos ornatos parece, decorosamente adequado em termos medianos e ponderados. Nos séculos XVII e XVIII, importa que se perceba o procedimento retórico-poético elocutivo utilizado, porque, uma vez que o texto seja confeccionado a partir de sua mobilização, vê-se o discurso como bom, útil e agradável, pois o procedimento foi obedecido. Propondo-se uma representação adequada, domina-se, porque a representação é poder. Assim, a história, por representar o poder, deve ser apresentada conforme um decoro específico, isto é, nem afetada, nem rasteira⁷⁵, para que o ensino e o prazer não se dissolvam. O decoro historiográfico é, pois, o estilo com o qual se escreve e o qual o compõe como texto, entendendo-se decoro como o estilo adequado ao gênero na relação, também decorosa, sinonímica, entre discretos no processo de interlocução.

O estilo causa prazer, deleite, admiração e aplauso, porque o discurso se estabelece segundo um padrão que respeita a invenção, a disposição e a elocução retoricamente concebidas. Desse modo, tem-se uma aparência satisfatória basicamente através da ornamentação ponderada e do modo narrativo-descritivo do texto. Definiu-se a elocução preenchedora dos topoi da invenção e da disposição, seus ornatos, como tropos e/ou figuras, de caráter e fundamentação teológico-retórica, significando-os providencialmente.

A prosa histórica dos séculos XVII e XVIII é gênero discursivo amplamente praticado. Circulam, na época, textos historiográficos que se dispersam em variadas formas. Essa variedade faz do gênero uma prosa quase várias, de sentido providencialista e corporativista. Pôde-se pensar que a historiografia seiscentista – em meio a uma ampla difusão, cujos usos indicam

⁷³ Cf. HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 233-234.

⁷⁴ Trata-se do modo como a metáfora era considerada no século XVII, portanto maior uso desse ornato em relações proporcionais entre as partes que o compõem e compõem os outros *tropos* ou *figuras*, porque a metáfora é base para a ornamentação na época. Quanto mais distantes, mais agudas são as metáforas.

⁷⁵ O estilo não deve ser rasteiro, nem empolado, mas conveniente ao assunto. Aristóteles. *Retórica*. L. III, II.

variedade, fazendo-se conforme padrões teológico-retórico-políticos não exclusivos de sua prática de representação, mas próprios de um conjunto mais abrangente de práticas discursivas e, às vezes, plásticas – é um dos gêneros prescritivos, de existência material, no mercado de Belas Letras seiscentistas. Aqui o sentido de mercado não significa liberalismo de espécie alguma, nem livre concorrência, muito menos leis de oferta e procura. O sentido não é o que hoje se pensa sobre o termo; mas, na profusão imitativa em que essa prosa se faz, a constante circulação de modelos, de seus usos e funcionamentos, ou seja, o mercado é o que os arquivos catalogam, hoje, como papéis vários em seus tombos. A prosa histórica é um gênero disperso materialmente no mercado dos bens culturais e não em uma pressuposição autoral, de direitos autorais ou propriedade privada.

Ao contrário dos impressionismos, subjetivismos e dos epítetos românticos que dominaram por muito tempo a leitura do gênero, os critérios mobilizados no trabalho possibilitaram ver o privilégio de uma técnica e não a presença de um suposto autor amaneirado e gongórico.